



Quase metade do Congresso votou contra os trabalhadores

Quase metade (49,6%) dos deputados e senadores votaram contra as propostas de interesse da sociedade e dos trabalhadores e trabalhadoras, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Muitos dos parlamentares que sempre votam contra o povo são candidatos este ano à Presidência da República ou aos governos dos estados, ao Senado, à Câmara dos Deputados ou Assembleias Legislativas.

Como a CUT sempre alerta, não basta escolher um candidato a presidente comprometido com os interesses da classe trabalhadora. É preciso também eleger um Congresso Nacional que vote a favor das pautas de interesse do trabalhador e da trabalhadora, um governador, senadores e deputados que votem projetos para melhorar as condições de trabalho e renda.

Foi justamente para facilitar a análise do eleitor na hora de escolher em quem votar que o DIAP lançou a plataforma digital **“Quem foi Quem no Congresso Nacional”**, onde é possível saber como cada deputado e senador votou nas propostas de interesse da sociedade, especialmente do trabalhador.

Veja matéria completa no [Portal CUT](#)

Ebserh tenta desmobilizar empregados com mentiras para evitar greve da categoria

A Condsef/Fenadsef vem esclarecer aos empregados públicos da Ebserh que não corresponde à verdade nota divulgada pela empresa de que a “Petição apresentada pelas entidades sindicais poderá adiar o desfecho das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho”.

O mencionado dissídio é específico requerendo a abusividade da greve que seria iniciada em 13/05/2021 não sendo de natureza econômica e nem jurídica. Confira os esclarecimentos da assessoria jurídica e não se deixe enganar.

Para o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, é lamentável que a empresa se passe por um 'papel esdrúxulo' e siga tentando colocar os empregados contra suas representações sindicais.

"Na verdade estamos solicitando o arquivamento de um pedido para poder fazer a greve que a empresa tem medo que seja feita. Essa é a verdade. E a ver-

dade é um barco que nunca afunda", destacou. "Vamos continuar fortalecidos e mobilizados cobrando nossos direitos e colocar essa direção que não valoriza seus empregados no seu devido lugar", reforçou.

O documento produzido pela assessoria jurídica da entidade acrescenta mais. "A Ebserh diz que deseja o julgamento célere do processo, mas não para resolver a situação dos trabalhadores e sim envidar esforços para declaração de abusividade da greve. Se há interesse de negociação deveria ter mantido as negociações, ou concordado com o comum acordo a muito tempo".

O Sindsep/MA ainda na sexta-feira, 12, expôs em suas redes sociais (@sindsepmaranhao – Instagram; e @Sindsep.MA – Facebook) um vídeo onde a representante da entidade na Mesa de Negociação, Ilana Maira Carneiro Chagas, e diretora da Secretaria Geral, explicou as proposições desastrosas da Ebserh.

Estado de direito sempre!

Rumo a 1 milhão de assinaturas

Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!

Assine e faça parte da história

clique aqui

Bolsonaro veta reajuste para merenda escolar, apesar da fome atingir mais crianças

Ao contrário do que diz, o presidente Jair Bolsonaro (PL) não está preocupado com os mais pobres e, sim, em se reeleger. Foi para sair do segundo lugar nas pesquisas de intenções de voto que ele aumentou temporariamente, só até dezembro, o valor do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 e faz propaganda disso como se isso fosse a solução para a fome e a miséria que assola o país. Se realmente estivesse preocupado com os mais pobres não teria vetado o reajuste dos recursos que são repassados a estados e municípios para a alimentação escolar, que o Congresso Nacional havia aprovado.

A “economia” que o governo deve fazer com este veto, considerado desumano por educadores, é menor do que R\$ 2 bilhões, muito abaixo do que foi destinado às emendas do orçamento secreto, de R\$ 19 bilhões, que parlamentares da base aliada de Bolsonaro poderão gastar sem que a sociedade saiba onde foi “investido”.

Como a alimentação escolar está sem reajuste desde 2017 (governo Michel Temer - MDB), e o valor repassado neste ano foi de R\$ 3,96 bilhões, o máximo que o governo investiria daria uma diferença de 1,58 bilhões a mais, já que o acréscimo orçamentário para a alimentação iria variar entre 34% e 40%. Atualmente, o governo federal envia R\$ 0,36 para cada criança do ensino fundamental e R\$ 0,53 por aluno da pré-escola. O res-

tante do valor da merenda é pago pelos estados e municípios.

“A União gasta menos do que vale um pãozinho em qualquer padaria do país para cada uma das 35 milhões de crianças atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar [Pnae], em instituições públicas no Brasil”, diz o presidente interino da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), professor Roberto Franklin de Leão.

O veto de Bolsonaro à alimentação escolar se torna ainda mais cruel diante da crise econômica que empurrou 33 milhões de pessoas para as estatísticas dos que passam fome. Em dois anos, dobrou o número de domicílios com crianças menores de 10 anos que não têm o que comer. Neste ano, o índice subiu para 18,1% enquanto há dois anos (2020) era de 9,4%.

A faxineira Francisca Tânia da Silva, 49 anos, viúva, mãe de uma criança de 11 anos, que precisa da merenda na escola para se alimentar, é uma das vítimas da política contra as pessoas mais pobres de Bolsonaro. Apesar de ter estudos e ter como profissão técnica em administração, a moradora do bairro da Cidade da Esperança, zona oeste de Natal (RN), sente na pele a dificuldade de sobreviver com o pouco dinheiro que ganha vindo dos bicos de faxina durante a semana, enquanto aguarda a resposta do governo se receberá ou não o Auxílio Brasil.

“Antes eu até trabalhava, tinha um salário mínimo que dava pra me virar, mas de uns anos para

cá, tive que mudar de profissão e fazer faxina para poder sobreviver”, conta Tânia.

Com três faxinas fixas por semana, cada uma a R\$ 60, Tânia ganha em média R\$ 720 por mês, e por isso, lamenta a dificuldade em pagar o aluguel de uma casa de apenas quatro cômodos, no valor de R\$ 500 e da escassez de comida em sua geladeira para se alimentar com o filho. A alta dos preços dos alimentos atingiu em cheio a pequena família.

“No dia que ele não tem aula quem me socorre são as minhas vizinhas”, diz ao se referir ao filho Gabriel de 11 anos, estudante da Escola Estadual Joaquim Torres, onde entra às 7h e sai às 16h.

Merendeira há 14 anos, trabalhando em escolas estaduais no município de Itaquaquecetuba (SP), Simone Xavier de Jesus, diz perceber nitidamente o aumento no consumo de merenda por parte dos alunos. A escola que atende 1.800 alunos oferece uma refeição a cada três períodos: manhã, tarde e noite

“A gente percebe nitidamente uma carência nutricional, pois eles pedem para encher o prato, dando a entender que é a única refeição que fazem durante todo o dia. Mesmo os alunos que estudam pela manhã, comem muito bem arroz, feijão e a mistura que oferecemos às nove e meia da manhã. O ritmo de consumo de alimentos é o mesmo para os alunos do período da tarde e os da noite”, afirma Simone.

Fonte: CUT